CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO

O RISCO DE DESLEGALIZAÇÃO NO DIREITO PENAL

Análise da complementação administrativa do ordenamento punitivo

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Livre Docente Dr.^a Helena Regina Lobo da Costa

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2018

CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO

O RISCO DE DESLEGALIZAÇÃO NO DIREITO PENAL

Análise da complementação administrativa do ordenamento punitivo

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação da Professora Livre Docente Helena Regina Lobo da Costa e do Professor emérito da Universidade de Hamburgo Sebastian Scheerer.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2018

**Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

Falavigno, Chiavelli Facenda

O risco de deslegalização no direito penal: análise da complementação administrativa do ordenamento punitivo
/ Chiavelli Facenda Falavigno. – São Paulo : USP / Faculdade de Direito, 2018.

259 p. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Orientadora: Helena Regina Lobo da Costa.

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia

1. Separação de poderes. 2. Direito Penal Econômico. 3. Direito Penal Ambiental. 4. Princípio da legalidade. 5. Norma penal em branco. 6. Regulamentos administrativos. 7. Técnicas de reenvio. I. Costa, Helena Regina Lobo. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é preciso. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e a minha irmã, que me incentivaram de todas as formas possíveis a seguir na busca dessa titulação, mesmo sem entender, muitas vezes, o porquê de isso me ser tão caro. Vocês são a melhor família que alguém poderia ter, porque vocês me fazem melhor a cada dia. Sem vocês, eu não seria o que sou, e a cada traço de semelhança que reconheço em minha personalidade, sinto-me feliz e orgulhosa de saber que saí *igualzita* a vocês.

Agradeço ao meu querido namorado Vinicius, que vem acompanhando minha trajetória acadêmica desde a graduação. Agradeço por compreender minhas ausências e por fazer dos poucos momentos que temos tido juntos nos últimos anos, os mais felizes e genuínos.

Agradeço à Universidade de São Paulo, à Hamburg Universität, à Universidade de Coimbra e ao Instituto Max Planck de Freiburg, todos essenciais para o desenvolvimento desse trabalho. Agradeço também ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, cuja biblioteca foi minha segunda casa no ano de 2016. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa no estado de São Paulo (FAPESP), cuja bolsa me permitiu permanecer nessa cidade, e ao Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD), cuja bolsa me permitiu o período sanduíche na Alemanha, em 2017. Agradeço ainda à Biblioteca da Corte Suprema do Chile pelo envio de um livro, que solicitei por e-mail, sem nenhum custo, o qual foi essencial para esse trabalho.

Agradeço à incansável Dra. Helena Lobo da Costa, que leu este trabalho por diversas vezes, sendo detalhista em cada correção, sugerindo constantemente bibliografia, emprestando livros, recebendo-me para reuniões, respondendo com rapidez meus e-mails, mensagens e indagações. Para além disso, agradeço o incentivo, desde o início, a estudar a língua alemã, bem como toda a orientação temática desta pesquisa, que teve por guia um dos melhores livros que já li a respeito da Proteção Penal Ambiental no Brasil – sua tese de doutorado –, na mais ampla e bela concepção do termo.

Agradeço ao querido professor Dr. Sebastian Scheerer, que me recebeu por diversas vezes em sua residência, em Hamburgo, debatendo comigo em alemão, inglês e português os temas

deste trabalho. Devo a ele quase toda a bibliografia a respeito do direito penal de drogas, utilizada no segundo capítulo desta tese.

Ainda em Hamburgo, agradeço à Anelise Kluge, que me cedeu sua casa por tantas vezes e à Naiara Moreno, a mais grata surpresa brasileira em terras tão frias. À Luanny Conceição, que me auxiliou de todas as maneiras possíveis, inclusive no aprendizado do alemão. À Emília e ao Clessio, pelos dias juntos em Freiburg. Ao Arthur Kullok e família, pela acolhida em Coimbra.

Ao professor Alaor Leite, que se dispôs a discutir o tema do erro comigo por telefone diretamente da Alemanha, enviando textos para a complementação desse tópico.

Em São Paulo, agradeço a todos os amigos que fizeram esses anos longe de casa passarem voando: Telma, Fil, Neto, Martha, Carlos Santana, Carol Schettini, Rapha, Ana Luiza, Fernando curitibano, Raffha Langoni, Pati, Lu Restiffe, Rossana Leques, Gabi e Bia, Clara Masiero, Mari Martins Costa, Vini Vasconcellos, dentre tantos outros. Ao Guilherme Lucchesi, por conseguir em dois dias um livro esgotado para mim. A toda equipe da RBCCRIM, com a qual estou há três anos realizando um trabalho de qualidade e rigor científico, com competência e carinho.

Em Porto Alegre, a toda família do Vini, que sempre me acolheu como a uma filha, a minhas amigas do Pensionato e a meus amigos da Faculdade, sobretudo o Renan e o Moralles, por estarmos sempre em contato.

A escrita de trabalho de doutorado requer um período de solidão e introspecção, mas somos um reflexo de tudo que está em nós e, por isso, vocês todos fazem parte dessa conquista.

“Eu penso em vocês night and day...”

Ao Vini,
que, de tanto acreditar nos meus sonhos,
convence-me todos os dias que eles vão dar certo.

Aos meus pais e à minha irmã,
por absolutamente tudo de bom que acontece na minha vida desde 1988.

“Diante da Lei está um guarda. Vem um homem do campo e pede para entrar na Lei. Mas o guarda diz-lhe que, por enquanto, não pode autorizar-lhe a entrada. O homem considera e pergunta depois se poderá entrar mais tarde – “É possível” – diz o guarda. – “Mas não agora!”. O guarda afasta-se então da porta da Lei, aberta como sempre, e o homem curva-se para olhar lá dentro. Ao ver tal, o guarda ri-se e diz. – “Se tanto te atraí, experimenta entrar, apesar da minha proibição. Contudo, repara, sou forte. E ainda assim sou o último dos guardas. De sala para sala estão guardas cada vez mais fortes, de tal modo que não posso sequer suportar o olhar do terceiro depois de mim”. O homem do campo não esperava tantas dificuldades. A Lei havia de ser acessível a toda a gente e sempre, pensa ele”.

(Franz Kafka, Diante da lei)

“E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes. (...) No entanto a primeira lei, a que protege corpo e vida insubstituíveis, é a de que não matarás. Ela é a minha maior garantia: assim não me matam, porque eu não quero morrer, e assim não me deixam matar, porque ter matado será a escuridão para mim.

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais”.

(Clarice Lispector, Mineirinho)

FALAVIGNO, Chiavelli Facenda. **O RISCO DE DESLEGALIZAÇÃO NO DIREITO PENAL: Análise da complementação administrativa do ordenamento punitivo**. 2018. 280 p. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

RESUMO

O tema do presente trabalho é o risco da deslegalização do direito penal, que consiste na excessiva complementação de normas penais em branco por regulamentos e outras espécies normativas de natureza administrativa, acarretando uma série de consequências danosas, como a delegação velada de competência penal ao Poder Executivo, a afronta ao princípio da legalidade em sua vertente *lex certa* ou taxatividade, a ocorrência indiscriminada do erro de proibição, dentre outras. O presente trabalho investigará o que é o fenômeno da deslegalização do ordenamento punitivo, como ele ocorre e quando se pode considerar que houve excesso na complementação da norma penal. O projeto se propõe, ainda, a avaliar as principais causas em matéria de mudanças sociais e de política criminal que podem ter acarretado a necessidade cada vez maior da complementação legal. Essencial, para tanto, que se verifique em quais áreas tal fenômeno pode ocorrer com predominância, como o direito penal ambiental, econômico e de drogas, constatando quais as características comuns dos bens jurídicos tutelados por tais normas. A pesquisa pretende abordar a (in)compatibilidade de tal procedimento com os princípios norteadores do direito penal, bem como com o ordenamento penal brasileiro constitucionalmente orientado. Em que pese à já consolidada legitimação, no direito penal pátrio, da norma penal em branco, é necessário que o seu uso apresente limitações de forma e de conteúdo, como a delimitação exata da parte delegada ou, ainda, a obediência, pela norma complementadora, de critérios de certeza e determinação. Nessa linha, na última parte da pesquisa, pretende-se buscar várias possibilidades para a solução da questão, fazendo-se uso de pensamento complexo e multidisciplinar na análise do fenômeno, utilizando-se para isso não apenas das possibilidades da dogmática, mas também da hermenêutica, do direito comparado, da criminologia e da política criminal atualmente vigente no país. A metodologia utilizada será pesquisa bibliográfica e legislativa.

Palavras chaves: Separação de poderes; Direito penal econômico; Direito penal ambiental; Princípio da legalidade; Norma penal em branco; Regulamentos administrativos; Técnicas de reenvio.

ABSTRACT

The subject of the present work is the risk of delegalization of criminal law, which consists in the excessive complementation of blank criminal rules by regulations and other kinds of rules of administrative nature, resulting in a series of harmful consequences, such as the veiled delegation of criminal jurisdiction to the Executive Power, the affront to the lawfulness principle in its line of “right lex” or “rateability”, the indiscriminate occurrence of the error of prohibition, among others. The present work will investigate what is the phenomenon of the delegalization of the punitive legal system, how it occurs and when it can be considered where was an excess in the complementation of the criminal law. The project also proposes to evaluate the main causes of social changes and criminal policy that may have led to the increasing need for legal complementation. It is essential, therefore, to verify in which areas such phenomenon can occur with predominance, such as

environmental criminal law, economic criminal law and criminal law of drugs, noting the common characteristics of legal rights protected by such regulations. The research intends to address the (in) compatibility of such procedure with the guiding principles of criminal law, as well as with the Brazilian Criminal Law constitutionally oriented. In spite of the already consolidated legitimacy in the national criminal law of the blank criminal rule, it is necessary that its use presents form and content limitations, such as the exact delimitation of the delegated party or, also, obedience, by the complementary law, of certainty criteria and determination. In this line, in the last part of the research, it is sought to find several possibilities for the solution of the issue, making use of complex and multidisciplinary thinking in the analysis of the phenomenon, using not only the possibilities of dogmatics, but also the hermeneutics, comparative law, criminology and criminal policy currently in force in the country. The methodology used will be bibliographical and legislative research.

Keywords: Separation of powers; Economic criminal law; Environmental criminal law; Lawfulness Principle; Blank penalty rule; Administrative regulations; Resend techniques

ZUSAMMENFASSUNG

Gegenstand der vorliegenden Untersuchung ist die zunehmende Gefahr der Entlegalisierung des Strafrechts, die damit einhergeht, dass Blankettnormen zunehmend durch außerstrafrechtliche Normen wie Verwaltungsnormen ergänzt werden. Dieser Vorgang führt letztlich u.a. zu einer Übertragung der Strafrechtskompetenz auf die Exekutive, stellt einen Verstoß gegen die Prinzipien des Gesetzesvorbehaltes und Bestimmtheitsgebotes dar und führt zu einer Häufung von Verbotsirrtümern in der Rechtspraxis. Es wird untersucht, was die Entlegalisierung der Strafrechtsordnung bedeutet, wie sie stattfindet und wann festgestellt werden kann, dass eine Strafrechtsnorm in Übermaß ergänzt wurde. Es wird auch auf die sozialen Ursachen und kriminalpolitischen Faktoren eingegangen, die zum Wachstum der außerstrafrechtlichen Normergänzung geführt haben könnten. Wesentlich dafür ist zunächst die Feststellung der Gebiete, in denen dieses Phänomen am häufigsten vorkommt, wie beispielsweise im Umwelt-, Wirtschafts- und Drogenstrafrecht, wobei die gemeinsamen Eigenschaften der jeweils geschützten Rechtsgüter analysiert werden sollen. Auch berücksichtigt wird die (Un)Vereinbarkeit dieser Entwicklung mit den das Strafrecht anleitenden Prinzipien ebenso wie mit der brasilianischen Rechtsordnung unter verfassungsrechtlichen Gesichtspunkten. Trotz der in der brasilianischen Rechtsordnung bereits etablierten Legitimation von Blankettnormen bedarf ihr Gebrauch einer Einschränkung bezüglich auf Form und Inhalt. Dies kann beispielsweise mittels einer genaueren Abgrenzung des verweisenden Normteils oder der Erarbeitung von Bestimmungs- und Deutlichkeitskriterien für die verwiesene Norm geschehen. In diesem Sinne werden im letzten Teil der Untersuchung vielfältige Lösungsansätze im Rahmen eines komplexen und multidisziplinären Gedankengangs behandelt, indem nicht nur rechtsdogmatische Lösungen, sondern auch hermeneutische, rechtsvergleichende, kriminologische und kriminalpolitische Möglichkeiten berücksichtigt werden. Die Methodologie umfasst die Recherche von Literatur und Gesetzgebung.

Stichwörter: Gewaltenteilung; Wirtschaftsstrafrecht; Umweltstrafrecht; Gesetzesvorbehalt; Blankettstrafrechtsnorm; verwaltungsrechtliche Satzungen; Rückverweisteknik

RESUMEN

El tema del presente trabajo es el riesgo de la deslegalización del derecho penal. Este fenómeno consiste en la excesiva complementación de normas penales en blanco por reglamentos y otras especies normativas de naturaleza administrativa, lo cual acarrea una serie de consecuencias perjudiciales, como la delegación velada de competencia penal al Poder Ejecutivo, la afrenta al principio de legalidad en su vertiente *lex certa*, la ocurrencia indiscriminada del error de prohibición, entre otras. El trabajo investigará la deslegalización del ordenamiento punitivo, cuando ocurre y cuando se puede considerar que hubo exceso en la complementación de la norma penal. El proyecto se propone, además, evaluar los principales cambios sociales y en la política criminal que pueden haber acarreado la necesidad cada vez mayor de la complementación legal. Para ello, se verificará en qué áreas tal fenómeno puede ocurrir con predominancia, como el derecho penal ambiental, el derecho penal económico y el derecho penal de drogas, constatando cuáles son las características comunes de los bienes jurídicos tutelados por dichas normas. La investigación pretende abordar la (in) compatibilidad de tal procedimiento con los principios orientadores del derecho penal, así como con el ordenamiento penal brasileño constitucionalmente orientado. En cuanto a la ya consolidada legitimación, en el derecho penal patrio, de la norma penal en blanco, es necesario que su uso presente limitaciones de forma y de contenido, como la delimitación exacta de la parte delegada o, aún, la obediencia por la norma complementaria, de criterios de certeza y determinación. En esta línea, en la última parte de la investigación, se pretende buscar varias posibilidades para la solución de la cuestión, haciendo uso del pensamiento complejo y multidisciplinario en el análisis del fenómeno, utilizándose para ello, no sólo las posibilidades de la dogmática, sino también la hermenéutica, el derecho comparado, la criminología y la política criminal actualmente vigente en el país. La metodología utilizada será una investigación bibliográfica y legislativa.

Palabras claves: Separación de poderes; Derecho penal económico; Derecho penal ambiental; Principio de legalidad; Norma penal en blanco; Reglamentos administrativos; Técnicas de reenvío.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: PANORAMA DA DESLEGALIZAÇÃO	17
1. A relevância da lei penal no direito brasileiro.....	17
1.1. O princípio da legalidade como elemento constitutivo do direito penal	20
2. Normas penais em branco: introdução ao instituto.....	26
2.1. Os tipos de normas penais em branco	33
2.2. Qual o limite da complementação?	36
2.3. A função do direito administrativo.....	39
2.4. Espécies normativas administrativas e o desvio de suas funções	42
3. Os bens jurídicos protegidos por normas que necessitam de constante complementação	50
3.1. Direito penal ambiental.....	52
3.2. Direito penal econômico.....	58
3.3. Direito penal de Drogas	65
3.4. Outros subtemas do direito penal.....	69
3.5. A ocorrência da deslegalização: diálogos com a doutrina e os ordenamentos estrangeiros	77
4. Considerações parciais	82
CAPÍTULO II: AS CAUSAS DA DESLEGALIZAÇÃO	84
1. O encontro da norma penal em branco com o direito penal da sociedade de massas.....	84
2. As principais causas da deslegalização do ordenamento penal pátrio	89
2.1. O direito e a sociedade: influências recíprocas	91
2.2. A sociedade de riscos: complexidade, regulação e mudanças sociais	92
2.3. O direito penal em expansão e a sua influência nas novas criminalizações	106
2.4. A influência externa: o caso das leis de drogas	117
3. Os problemas de redação e de execução das leis penais	122
3.1. A crise da lei e da produção normativa	123
3.2. A ausência de técnica legislativa: problemas no processo legislativo e questões de política criminal.....	125
4. Considerações parciais	132
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS POSSÍVEIS DA DESLEGALIZAÇÃO	133
1. As consequências da deslegalização na tutela penal	133

2. O desvio no bem jurídico protegido pela norma	133
3. O princípio da legalidade e a reserva legal: A competência legislativa penal 140	
4. O princípio da legalidade e a taxatividade: Elementos normativos do tipo e leis penais em branco	147
5. O erro de proibição	155
6. As questões processuais e os demais problemas advindos da complexa relação entre o Direito Penal e o Direito Administrativo	161
7. A perda da efetividade da norma	166
8. Considerações parciais	173
CAPÍTULO IV: AS POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DO PROBLEMA	175
1. O direito penal deslegalizado	175
2. Contribuições em matéria político-criminal	177
2.1. As demandas por processos de descriminalização	179
2.2. A necessidade de estudos de impacto e outras mudanças no processo legislativo brasileiro	186
3. Contribuições em matéria administrativa	189
3.1. A necessidade da construção de um sistema sancionador integrado	190
3.2. As possibilidades de modelos híbridos existentes no direito comparado	195
4. Contribuições em matéria de dogmática penal	199
4.1. Os critérios dogmáticos possíveis em matéria de lei penal em branco	200
4.1.1. A proibição de remissão de elementos centrais	201
4.1.2. O problema das remissões dinâmicas	205
4.1.3. Proibição de remissões em cadeia	209
4.1.4. Gradação do órgão do qual emana a regulação	210
4.1.5. Hierarquia do ato complementador	212
4.1.6. A remissão recíproca e expressa	214
4.1.7. Exame de legalidade do complemento	216
4.1.8. Reconhecimento diferenciado do erro	218
5. Considerações parciais	221
CONCLUSÃO	223
REFERÊNCIAS	227

INTRODUÇÃO

O direito penal brasileiro é baseado, sobretudo, no princípio da legalidade. A lei, como fonte primordial na determinação de ações puníveis, encontra embasamento nas disposições constitucionais presentes no artigo 5º, o qual elenca os direitos e garantias fundamentais, e também no artigo primeiro do Código Penal de 1940.

Contudo, há matérias que, seja por necessitarem de constante atualização ou por dizerem respeito a procedimentos e atividades bastante mutantes e flexíveis, não podem aguardar o lento processo legislativo todas as vezes que precisam ser reguladas, ainda que seja pela via penal. Diante desse impasse, como se pode proceder a essa regulação? É nesse contexto que se inicia o estudo da complementação e da assessoriedade administrativa do direito penal.

A escolha por esse termo, assessoriedade, com essa grafia, advém da concepção de que o direito administrativo assessora o direito penal, auxiliando na construção dos tipos. Há doutrina no sentido de que o correto seria a utilização da expressão acessoriedade, que denota a crítica de transformar o direito penal em simples acessório do direito administrativo.

O termo assessoriedade, também usado no direito civil e administrativo, tem significado diverso em matéria penal, a qual sofreu especial influência do direito português e espanhol nessa conceituação. O uso que se dá no âmbito criminal pelo direito administrativo corresponde à complementação da norma legal por atos e regras inferiores à lei, denotando o auxílio prestado ao direito penal pela disciplina administrativa; contudo, aquele não poderia tornar-se desta dependente, o que seguramente nem sempre tem ocorrido na prática.

Para a boa resolução desse problema, faz-se necessário repensar, dentre outras, algumas das características fundantes do direito punitivo, quais sejam: a dignidade penal dos bens tutelados pela norma ou, ainda, a prevalência absoluta do princípio da legalidade nessa matéria. Importante frisar que os dois pontos aventados são extremamente relevantes para a ciência em debate, que se diferencia das demais vias jurídicas sancionadoras pelos rígidos limites necessários à sua incidência.

No que tange à legalidade, sob o viés de lei escrita, estrita, certa e prévia, esta caracteriza a pedra angular do sistema punitivo pós-Iluminista contemporâneo. A legalidade seria o princípio responsável por garantir, nesse ramo do direito, a possibilidade de dar ao autor do fato a oportunidade de obter o conhecimento de todas as condutas puníveis antes de ser responsabilizado por sua prática. Esse conhecimento, ademais, requereria a

acessibilidade interpretativa do que se encontra descrito na lei como crime, o que corresponde à compreensão da norma não apenas por juristas, mas por qualquer do povo.

De outra banda, é a ofensividade - ou lesividade - outra norma basilar do direito penal como ciência. Por esse ditame, atribui-se a esse ramo jurídico a função única e exclusiva de proteger bens jurídicos. Ou seja, só estaria autorizada, pelo restante do sistema jurídico, a punição, no âmbito penal, da conduta que provoca dano ou perigo de lesão relevante a bem jurídico de terceiro.

Desse raciocínio também se pode auferir os princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade. Pelo primeiro, entende-se que a proteção penal deve ser a *ultima ratio*, invocada apenas quando todos os outros ramos jurídicos sancionadores falharam na tarefa de oferecer a devida proteção ao bem jurídico. Já pela fragmentariedade, entende-se excluídas da tutela penal todas as condutas que, apesar de provocarem lesão ao bem jurídico, fazem-no de forma ínfima, o que pode dar azo à aplicação do princípio da insignificância em matéria criminal.

Assim, nota-se que o debate a ser feito no ponto inicial dessa pesquisa é por demais intrincado e complexo, já que permeado por princípios sensíveis da matéria estudada e admitindo, portanto, somente respostas parcialmente satisfatórias. Isso porque a opção do ordenamento brasileiro tem sido, de certa forma, a relativização do princípio da legalidade em algumas de suas esferas de incidência. Depara-se, então, com a transferência, pelo Legislativo, da competência de definir algumas partes da norma jurídica penal a órgãos pertencentes ao Poder Executivo. Tais partes passam, desse modo, a ser reguladas por espécies normativas diversas e, por consequência, inferiores hierarquicamente à disposição legal.

Esse espaço de poder normativo transferido, frise-se, deveria ser minuciosamente determinado, de forma a manter-se, no maior patamar possível, a prevalência da legalidade e, ainda, deveriam ser taxativas as espécies normativas inferiores à lei que servissem à função reguladora. É sabido também que se está lidando com matéria penal, a qual impõe sanção privativa de liberdade – o segundo bem mais caro ao indivíduo após sua própria vida –, e qualquer garantia a ser relativizada nessa esfera merece redobrada atenção, sob pena de causar inevitáveis danos aos cidadãos que vivem sob a égide de um Estado já tão punitivo como o brasileiro.

Ademais, cabe mencionar a estrutura de divisão da titularidade de poderes que prevalece na Constituição pátria e a disputa interna que ocorre, na prática, pelo exercício pleno dos mesmos. Isso se torna relevante principalmente no caso brasileiro, em que há um

Poder Legislativo repleto de competências constitucionais e cada vez mais incapaz de exercê-las em concreto pelos mais diversos motivos, o que o torna cada vez mais desacreditado frente à população que o elegeu.

Quando se trata de punitividade do Estado, ademais, é necessário que se faça menção a conhecimentos criminológicos, que definem o momento vivido hoje no Brasil como um Estado de polícia posterior a uma não cumprida política de *Welfare State*, o que redundaria em uma punitividade de massas sobre uma estrutura deficitária e precária, facilmente detectável pela análise dos dados concretos referentes às condições de carcerização no Brasil.

Em termos de política criminal, isso se materializa pela criação constante de novos bens jurídicos, muitos ditos coletivos e difusos, os quais passam a ser tipificados por meio de técnicas legislativas que fazem, na maioria dos casos, constante uso de assessoriedade. É, portanto, bastante visível que as consequências problemáticas da deslegalização que serão estudadas nesse texto se dão com maior ênfase em algumas searas, como o direito penal ambiental, o direito penal econômico e o direito penal de drogas.

Ademais, é essencial que se reconheça ser esse processo de carcerização fortemente seletivo e discriminatório, incidindo a pena privativa de liberdade de forma muito mais recorrente sobre determinados indivíduos oriundos de camadas sociais desfavorecidas, o que por si só já descortina a falência de nosso sistema penal, seja em suas tipificações e doutrinas, seja na sua prática de julgamento ou de execução de sanções.

Nesse trabalho, o que se entende por deslegalização é um uso excessivo, uma exacerbação desse procedimento de deixar a cargo de outras espécies normativas, que não a lei, o preenchimento de lacunas constantes nas normas penais. Esse conceito seria, portanto, um processo contínuo, que culmina em uma maior regulação da matéria por essas outras espécies normativas do que pela própria lei, como seria devido. Essa maior regulação, ademais, acaba por dar-se em espaços extremamente relevantes e determinantes da norma, o que provoca uma quebra significativa da legalidade, pois a conduta acaba por ser quase integralmente definida e regulada por instrumento diverso de lei.

Sabe-se que, por tratar-se de flexibilização de garantia penal, as partes da norma cedidas à regulação por outros instrumentos normativos não poderiam ser aquelas essenciais para a definição e a compreensão do tipo. Com essa progressiva deslegalização, as leis penais excessivamente abertas fazem com que seja necessário determinar-se elementos basilares do tipo por meio de, por exemplo, regulamentos administrativos, o que provoca sério descompasso com as formalidades necessárias ao bom processo legiferante, bem como vulnera a função de garantia do tipo, que deve ser taxativo.

É uníssono que, nesse caso, formalidade significa tutela de direitos, não podendo essa ser simplesmente afastada sem causa que o justifique, de modo a diminuir a proteção ao cidadão, expandindo o controle penal. Além disso, materialmente, o dano causado é ainda maior, uma vez que o processo pelo qual passa a lei antes de ser promulgada é, sim, bastante lento, pois visa a tutelar uma série de procedimentos garantidores, como as discussões parlamentares e outros trâmites essenciais à manutenção do seu caráter democrático.

Frise-se, ainda, que se inclui, em alguns subtítulos dessa pesquisa, como parte do fenômeno da deslegalização, para além da análise das normas penais em branco propriamente ditas, o estudo de figuras como os elementos normativos do tipo. São eles os tipos penais abertos ou a assessoriedade do ato, que consiste no tipo penal que remete à autorização, licença ou a outro ato administrativo autorizador; ou até mesmo à proibição ou interdição específica, como elemento nuclear da norma penal. Importante salientar que a complementaridade pode-se dar, nesse último caso, de três formas: conceitual, quando um elemento do tipo remete a conceitos de direito administrativo; normativa, pela remissão do tipo diretamente à normas administrativas; e do ato, quando o tipo se resume a fazer referência a ato administrativo, de forma a proteger o seu correto cumprimento.

Todas essas técnicas legiferantes apresentam problemas semelhantes, merecendo ser estudadas em um contexto similar, de forma que algumas das soluções pensadas nessa pesquisa possam também abranger questões a elas atinentes. Novamente, o que se vislumbra aqui é a transferência, para outra espécie normativa que não a lei, de definição e determinação de elementos basilares do tipo penal, esvaziando de conteúdo normativo e material as disposições presentes no texto legal, que passa a ser mera moldura, sem qualquer poder real de descrever o comportamento ao qual se está impondo a sanção privativa de liberdade.

Com essa delimitação prévia, dá-se início ao presente estudo, que visa a explorar os limites, as causas e as consequências da deslegalização que ocorre, paulatinamente, em alguns setores tutelados pelo direito penal.

CONCLUSÃO

A presente investigação doutoral teve por objetivo realizar uma ampla análise do fenômeno da assessoriedade administrativa em direito penal, sobretudo no que tange às normas penais em branco. A hipótese inicial versava no sentido de que, atualmente, o uso exacerbado e desregulado de técnicas de assessoriedade provoca a violação de uma série de normas basilares da ciência penal, sendo necessário repensar, sob diversos pontos de vista, o uso de referida estrutura normativa.

Do exposto, é possível auferir-se as seguintes conclusões:

a) Em que pese a miscigenação de algumas características típicas das famílias jurídicas ocidentais, quais sejam, a *Civil* e a *Common Law*, o Brasil se filia ao primeiro grupo, possuindo a lei um papel fundamental para o conhecimento e a aplicação do direito, sobretudo no que tange ao direito penal;

b) O princípio da legalidade possui, com sua rigidez, uma primordial função de garantia em matéria criminal, encontrando-se atualmente em crise com a expansão de criminalizações para setores de difícil regulação, em razão de sua constante mutação e reconhecida flexibilidade;

c) São muitas as classificações existentes na doutrina a respeito das normas que dependem de complementação administrativa, sendo mais problemática a norma cujo preenchimento se dá por meio de ato hierarquicamente inferior à lei, o qual advém de órgão pertencente ao Poder Executivo;

d) São muitos os atos administrativos utilizados para exercer a complementação; contudo, o desenvolvimento da vertente sancionadora do direito administrativo e sua relação com o direito penal ainda permanece com pontos obscuros, sendo bastante imprecisa a definição dos atos que estariam aptos a exercer essa função;

e) Dentre os bens jurídicos tutelados pela norma penal, há alguns que tendem a sofrer maior incidência de assessoriedade administrativa e, por consequência, ali se instauram os problemas mais graves decorrentes da adoção de ditas técnicas de reenvio. Dentre tais áreas, se incluem o direito penal ambiental, o econômico e o de drogas. Há, no entanto, outras searas que também padecem da mesma condição, como o direito penal de trânsito, de armas, etc. Os problemas decorrentes do uso desmedido da norma penal em branco não se resumem ao direito brasileiro, sendo também estudados no

direito comparado, a exemplo de Alemanha e Espanha;

f) São muitas as causas do uso desmedido de assessoriedade. É preciso ter em mente o caldo cultural vivenciado nos últimos anos, sobretudo tendo-se por base o cenário típico da sociedade de riscos e de massas, na qual o mote do discurso securitário encontra seu ideal espaço de desenvolvimento. Em sede da América Latina, o movimento é especialmente problemático, recaindo sobre uma sociedade já permeada por desigualdades econômicas e sociais, permitindo então a aplicação da norma problemática de modo desigual, o que se vislumbra principalmente no que tange ao direito penal de drogas;

g) Já se encontra constatada, por diversos autores, a tendência expansionista vivenciada pelo direito penal atualmente. A proliferação de diversas leis penais, com a criação de novos bens jurídicos, inverte um critério que inicialmente foi pensado com finalidade de garantia e contenção de punições. Nesse âmbito, os bens ditos coletivos ou transindividuais, como o meio ambiente e a economia, muitos dos quais já se encontravam fartamente regulados por normas administrativas, passam a sofrer criminalizações, as quais não podem abrir mão da técnica de remissão. Ademais, tais bens possuem como característica ínsita a constante mutabilidade, típica da sociedade atual, o que torna difícil sua adaptação à lei penal e seu rigoroso e lento procedimento de confecção e alteração;

h) No que tange às drogas, é essencial mencionar sua complementação cogente ocorrida por meio de tratados internacionais, a qual impossibilita a adequação de dita política criminal às características da sociedade na qual ela deve incidir;

i) A ausência do desenvolvimento da jurisprudência no Brasil, como ciência voltada ao estudo do procedimento legislativo e suas características e possibilidades de melhora qualitativa, permite que a proliferação legal se dê de forma pouco técnica, principalmente em matéria penal, a qual carece atualmente de racionalidade que possibilite sua compreensão total e sua aderência, juntamente com o direito administrativo sancionador, a uma ideia de sistema punitivo global e integrado;

j) No que tange às consequências dos eventos até o momento apontados, pode-se trabalhar com a violação de normas penais basilares em diversas esferas, com o desvio no bem jurídico tutelado de fato pela norma em relação àquele declarado em sua justificativa, as violações da legalidade sob o viés da reserva de lei e da taxatividade, a ocorrência indiscriminada de erro de proibição e de tipo, o uso de procedimentos

administrativos feitos de maneira parcial como prova de justa causa em ação penal, a sobreposição de punições sancionatórias nas duas esferas com ocorrência de *bis in idem*, a perda de efetividade da norma pela impossibilidade de motivação de seus destinatários em razão de sua não compreensão e, por fim, a confecção de legislação simbólica – que, além de não contribuir para a resolução das questões que a justificaram, desincumbe o poder público de construir e investir em novas alternativas para tais problemas –;

l) Constatada a existência do fenômeno, suas causas e consequências, passa-se a delinear as possibilidades de sua superação. Primeiramente, assume-se que, atualmente, em que pesem as diversas questões apontadas no terceiro capítulo dessa tese, não se pode abrir mão do uso das técnicas de reenvio, devendo ser feito um esforço no sentido de adaptá-las à Constituição e aos demais ditames do ordenamento jurídico, sobretudo aos princípios ínsitos do direito penal. Buscou-se desenvolver medidas que promovam mudanças quantitativas e qualitativas no uso da complementação legal. Adota-se, nessa tese, uma visão interdisciplinar, propondo-se diversas soluções que podem ser adotadas de forma conjunta para que as consequências nocivas do mau uso da assessoriedade sejam, ao menos, mitigadas;

m) Em sede de política criminal, criminologia e estudos legislativos, a contribuição se dá no intuito de solucionar as questões atinentes ao desvio no bem jurídico protegido pela lei em relação ao bem declarado em sua justificativa e em sua pouca eficácia como um todo, com prevalência das funções simbólicas da norma sobre suas funções efetivas. Em um primeiro momento, incentivam-se os processos de descriminalização, os quais devem tomar forma principalmente no que tange a delitos de drogas. Em segundo lugar, sugere-se o aprimoramento do procedimento legislativo em si, o que pode dar-se, por exemplo, com a criação de estudos prévios e posteriores de impacto legislativo, os quais podem influenciar na redução de movimentos que demandam por novas criminalizações. Para que se possa iniciar um controle racional sobre a legislação penal pátria, deve-se, antes de tudo, reduzi-la a áreas em que sua incidência seja de fato necessária, tornando efetivos os princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade do direito penal;

n) Com as contribuições dadas em sede de direito administrativo sancionador, almeja-se reduzir os problemas relativos à complexidade na relação entre essa matéria e o direito penal, incluso no que tange às questões processuais. O aporte se dá, nessa

área, pelo desenvolvimento de um sistema sancionador integrado, de forma a evitar a sobreposição de sanções e a confusão legislativa e procedimental que vige atualmente na intersecção entre o direito penal e o administrativo. Ainda, pressupondo a ocorrência dos processos descriminalizadores, sugere-se uma expansão da sanção administrativa em algumas áreas, como a ambiental e a econômica, o que deve ser acompanhado por uma expansão de garantias processuais no setor. Tal movimento pode ser feito, inclusive, por meio de criação de um sistema próprio, o que se pode desenvolver fazendo uso de exemplos já existentes no direito comparado, a exemplo das contraordenações portuguesas e das *Ordnungswidrigkeiten* alemãs. Por óbvio, tal implementação deve fazer parte de um estudo em separado, o qual não se desenvolve nessa pesquisa em razão dos seus limites temáticos;

o) Em sede de dogmática penal, a contribuição dessa pesquisa se dá pelo desenvolvimento de critérios que permitam o controle sobre o texto legislativo que faz uso de assessoriedade. Ditos critérios não são exaustivos, mas podem, se conjuntamente aplicados, reduzir em grande parte os danos causados ao princípio da legalidade e em matéria de erro nessa seara. Foram definidos, portanto, os seguintes ditames: proibição de remissão de elementos centrais; mitigação de remissões dinâmicas; proibição de remissões em cadeia; definição da gradação do órgão do qual emana a regulação e da hierarquia do ato complementador; obrigatoriedade da remissão recíproca e expressa; controle judicial sobre requisitos de legalidade do ato complementador; e alargamento do reconhecimento do erro com redução da perspectiva de sua evitabilidade no caso de normas que fazem uso de assessoriedade.

Por fim, não se pretende, em nenhum momento, exaurir o presente debate, sendo esse trabalho apenas um primeiro passo no desenvolvimento de critérios de aprimoramento das técnicas de assessoriedade administrativa, sobretudo a norma penal em branco.

REFERÊNCIAS

ABANTO VASQUEZ, Manuel A. El principio de certeza en las leyes penales en blanco: especial referencia a los delitos económicos. **Revista peruana de ciencias penales**, Lima, n. 9, p. 13-34., 1999.

ADRIASOLA, Gabriel. Juez, legislador y principio de taxatividad. In: DALBORA, José Luis Guzmán (coord.). **El penalista liberal**. Buenos aires: Hammurabi, 2004.

AFTALIÓN, Enrique R. El Derecho penal "administrativo" como Derecho penal especial: notas de polémica y de política criminal. **Revista jurídica argentina La Ley: derecho penal: doctrinas esenciales 1936-2010**, Buenos Aires, p. 311-336., 2011.

ALFLEN, Pablo Rodrigo. Sobre a técnica legislativa em matéria penal na lei de drogas. In: CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. **10 anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 661-684.

ALONSO, Leonardo; COELHO, Marina Pinhão. Sistema penal do consumidor. in: REALE, Miguel (coord.). **Experiências do direito**. Campinas: Millennium Editora, 2004. P. 349- 379.

AMERICANO, Odin I. do Brasil. **Manual de direito penal**. Parte Geral. Volume I. São Paulo: Saraiva, 1985.

ANDRADE, Manuel da Costa. Contributo para o conceito de contra-ordenação: a experiência alemã. In: **DIREITO penal econômico e europeu: textos doutrinários: volume I - problemas gerais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998. p. 75-107.

_____. A "dignidade penal" e a "carência de tutela penal" como referências de uma doutrina teleológico-racional do crime. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, v. 2, n. 2, p. 173-205., abr./jun. 1992.

ANIYAR DE CASTRO, Lolita. Sistema penal e sistema social: a criminalização e a descriminalização como funções de um mesmo processo. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 11-27., jul./dez. 1980.

ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. Breves notas sobre tipicidade penal e a obra de Miguel Reale Júnior. In: PASCHOAL, Janaína Conceição; SILVEIRA, Renato de

Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: G/Z, 2014. 775 p., 24 cm. ISBN 978-85-62027-48-2. p. 455-467

ASSIS TOLEDO, Francisco. **Princípios básicos de direito penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ATIENZA, Manuel. **Contribución para una teoría da legislación**. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/10854/1/Doxa6_21.pdf Acesso em 11.05.2018.

ÁVILA, Humberto. **Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário**. 2ª ed. rev. São Paulo: Malheiros editores, 2012.

_____. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 4ª ed. rev. São Paulo: Malheiros editores, 2004.

AZEVEDO, David Teixeira de; AZEVEDO, André Dias de. A lei anticorrupção e os programas de compliance. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; RASSI, João Daniel. **Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho**. São Paulo: LiberArs, 2014. p. 55-60.

AZEVEDO, Tiago Lopes de. **Da subsidiariedade no direito das contra-ordenações: problemas, críticas e sugestões práticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

BACIGALUPO, Enrique. Sobre la problemática constitucional de las leyes penales en blanco. **Actualidad Penal**, Madrid, v. 1, 1/26, p. 449-455., semanal. 1994.

_____. **"Compliance" y derecho penal: prevención de la responsabilidad penal de directivos y de empresas**. Buenos Aires: Hammurabi, 2012.

_____. **Curso de derecho penal económico**. Madrid: Marcial Pons, 1998.

_____. La instrumentación técnico-legislativa de la protección penal del medio ambiente. **Estudios penales y criminológicos**, Santiago de Compostela, n. 5, p. 191-213., 1982.

BAJO, Miguel; BACIGALUPO, Silvina. **Derecho penal económico**. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 2001.

BALDOMINO DÍAZ, Raúl A. “(Ir)retroactividad de las modificaciones a la norma complementaria de una Ley Penal en Blanco”. **Polít. crim.**, Vol. 4, Nº 7 (Julio 2009), Art. 4, pp. 125-150 (1-26).
[http://www.politicacriminal.cl/Vol_04/n_07/Vol4N7A4.pdf]

BAPTISTA, Tatiana Maria Badaró. As fronteiras do direito penal e do direito administrativo sancionador: um ensaio sobre os critérios de distinção entre crime e infração administrativa. In: BRODT, Luís Augusto Sanzo; SIQUEIRA, Flávia. **Limites do poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 73-101.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Direitos fundamentais e direito à justificativa: devido procedimento na elaboração normativa**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. Direitos humanos e direito penal: limites da intervenção penal racional no Estado Democrático de Direito. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugenio. **Direito penal contemporâneo: questões controvertidas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Valor, norma e injusto penal: Considerações sobre os elementos normativos do tipo objetivo no Direito Penal contemporâneo**. 2017. Tese (Titularidade). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELEZA, Teresa Pizarro. **A moderna criminologia e a aplicação do direito**. Lisboa: Ed. Minerva, 1987.

BELEZA, Teresa Pizarro; PINTO, Frederico de Lacerda da Costa. **O regime legal do erro e as normas penais em branco: ubi lex distinguit**. Coimbra: Almedina, 2001.

BELEZA DOS SANTOS, José. **Ilícito penal administrativo e ilícito criminal**. Disponível em: <https://portal.oa.pt/upl/%7B9652BFD6-6F35-4E23-936D-56250122184B%7D.pdf>. Acesso em 06.04.2018.

BINDING, Karl. **Die Normen und ihre Übertretung**. Netherlands: Scientia Verlag Aalen, 1965.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. v. 1. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Tratado de direito penal, 2 : parte especial : dos crimes contra a pessoa**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo : Saraiva, 2012.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. O paradoxo do risco e a política criminal contemporânea. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugenio. **Direito penal contemporâneo: questões controvertidas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. O crime de lavagem de dinheiro. In BADARÓ, Gustavo Henrique; e BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de Dinheiro - Aspectos Penais e Processuais Penais**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. **O que é compliance no âmbito do direito penal?** Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-abr-30/direito-defesa-afinal-criminal-compliance>. Acesso em 22.04.2015.

_____. O princípio da proporcionalidade na produção legislativa brasileira e seu controle judicial. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 267-296., jul./ago. 2010.

BRANDÃO, Nuno. **Crimes e contra-ordenações: da cisão a convergência material**. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

BRODOWSKI, Dominik. Models of economic criminal procedure: the intricate multi-actor setting of criminal justice in the field of the economy. In: SAAD-DINIZ, Eduardo; ADACHI, Pedro Podboi; DOMINGUES, Juliana Oliveira. **Tendências em governança corporativa e compliance**. São Paulo: LiberArs, 2016.

BRICOLA, Franco. Rapporti tra dommatica e politica criminale. **Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale**, Milano, v. 31, p. 3-35., 1988.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal: parte geral, tomo 1º**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **CIDADE DE MUROS: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CALVI, James V. COLEMAN, Susan. **American law and legal systems**. 6 th ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

CÂMARA, Guilherme Costa. Beccaria e o pensamento jurídico-criminal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 11, n. 44, p. 301-335., jul./set. 2003.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Crimes econômicos e imputação objetiva**. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 259-273.

CANTERJI, Rafael Braude.;FALAVIGNO, Chiavelli Facenda. . A incompatibilidade constitucional da infração prevista no artigo 305, do Código de Trânsito Brasileiro. In: **Revista Jurídica** (Brasília), v. 393, p. 91-98, 2010.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?** Tradução de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993. Reimpressão, 1999.

CARVALHO, Érika Mendes de. **Ensaio sobre o significado dogmático da acessoriedade administrativa nos delitos ambientais**. Disponível em: http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=103. Acesso em 20.06.2015.

CARVALHO, Érika Mendes de. Limites e alternativas à administrativização do Direito Penal do Ambiente. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 19, n. 92, p. 299-336., set./out. 2011.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

_____. **Antimanual de Criminologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

_____. Nas Trincheiras de uma Política Criminal com Derramamento de Sangue: depoimento sobre os danos diretos e colaterais provocados pela guerra às drogas in Ximendes, A. M. C.; Reis, C. & Oliveira, R. W. **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**. Porto Alegre: CRPRS, 2013.

_____. **O papel dos atores do sistema penal na era do punitivismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CASTELLS, Manuel (org.). **Imperialismo e Urbanización em América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A., 1973.

CEREZO MIR, José. La regulación del error de prohibición en el código penal español y su trascendencia en los delitos monetarios. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**. Madrid, v. 38, n. 2, p. 277-284, mai./ago. 1985.

_____. **Límites entre el Derecho penal y el Derecho administrativo**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2788179.pdf>. Acesso em 09.02.2018.

CERVINI SANCHEZ, Raúl. Direitos humanos e direito penal: alcance e sentido dos processos de desinstitucionalização. **Fascículos de Ciências Penais**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 91-117., abr./jun. 1993.

CERVINI SANCHEZ, Raúl. **Os processos de descriminalização**. 2 ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

CHESNEAUX, Jean. Tirania do efêmero e cidadania do tempo. In: **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

CORREIA, Eduardo. Direito penal e direito de mera ordenação social. In: **DIREITO penal econômico e europeu: textos doutrinários** : volume I - problemas gerais. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

COSTA ANDRADE, Manuel da. **A dignidade penal e a carência de tutela penal**. Revista Portuguesa de Ciência Criminal, n. 2, abr-jun. 1992.

COSTA, Helena Regina Lobo da; ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. Compliance e o julgamento da APn 470. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 22, n. 106, p. 215-230., jan./fev. 2014.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Os crimes ambientais e sua relação com o direito administrativo. In: Celso Sanchez Vilardi; Flávia Rahal Bresser Pereira; Theodomiro Dias Neto. (Org.). **Direito penal econômico - análise contemporânea**. São Paulo, 2009, v. , p. 189-222.

_____. **Direito penal econômico e direito administrativo sancionador: ne bis in idem como medida de política sancionadora integrada**. 2013. 261 f. Tese (Livre docência). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

_____. O sancionamento de condutas entre a judicialização e a administrativização. In: PAULA, Marco Aurélio Borges de; MAGRINI, Rachel de Paula. **Estudos de direito público**. Campo Grande: Cepejus, 2009.

_____. **O direito penal ambiental e normas administrativas**. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.13, n.155, p. 18-19, out. 2005.

_____. **Proteção penal ambiental: viabilidade – efetividade – tutela por outros ramos do direito**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, José de Faria. A importância da recorrência no pensamento jurídico: um exemplo : a distinção entre o ilícito penal e o ilícito de mera ordenação social. In: **DIREITO penal econômico e europeu: textos doutrinários : volume I - problemas gerais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998. p. 109-143.

CREUS, Carlos. **Derecho penal: parte general**. Buenos Aires: Astrea, 1999.

CURY URZÚA, Enrique. **Derecho penal**. - Santiago : Ed. Jurídica de Chile, 1988 1

CURY URZÚA, Enrique. **Derecho penal**. Santiago : Ed. Jurídica de Chile, 1992 2

_____. **La ley penal blanco**. Bogotá: Editorial Temis S. A, 1988.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. 4ª. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

D'ÁVILA, Fábio Roberto. O modelo de crime como ofensa ao bem jurídico: elementos para a legitimação do direito penal secundário. In: D'ÁVILA, Fábio Roberto; SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coord.). **Direito penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões**. São Paulo: Revista dos Tribunais / Coimbra Ed., 2006.

D'ÁVILA, Fábio Roberto. Direito penal e direito sancionador: sobre a identidade do direito penal em tempos de indiferença. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 14, n. 60, p. 9-35., mai./jun. 2006.

DE GRANDIS, Rodrigo. O exercício da advocacia e o crime de “lavagem” de dinheiro. In DE CARLI, Carla Veríssimo; MENDONÇA, Andrey Borges de (coords.). **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal**. 2ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DELGADO LARA, Álvaro. **Las Leyes Penales en Blanco en la Jurisprudencia Del Tribunal Constitucional (2005 - 2011)**. Disponível em: <http://www.ubo.cl/icsyc/wp-content/uploads/2012/07/07-%C3%81lvaro-Delgado.pdf>. Acesso em 11.05.2018.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JUNIOR, Roberto; ALMEIDA DELMANTO, Fábio M. de. **Código Penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. El derecho penal simbólico y los efectos de la pena. **Actualidad Penal**, Madrid, v. 1, n. 1, p. 1-22., jan. 2001.

DONINI, Massimo. La relación entre derecho penal y política: método democrático y método científico. **Revista Penal**, Valencia, n. 13, p. 67-84, jan. 2004

DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal: parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DOVAL PAIS, Antonio. **Posibilidades y límites para la formulación de las normas penales. El caso de las leyes en blanco**. València: Tirant lo Blanch y Universitat de València, 1999.

ENDERLE, Bettina. **Blankettstrafgesetze : verfassungs- und strafrechtliche Probleme von Wirtschaftsstraftatbeständen**. Frankfurt am Main ; Berlin ; Bern ; Wien [u.a.] : Lang, 2000.

ESTELLITA, Heloísa. **Responsabilidade penal de empresas motiva debates dentro e fora do Brasil**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-out-31/heloisa-estellita-responsabilidade-penal-empresas-motiva-debates>. Acesso em 06.10.2017.

_____. **Exercício da advocacia e a nova regulação europeia**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago-21/heloisa-estellita-exercicio-advocacia-regulacao-europeia>. Acesso em 06.10.2017.

ESTELLITA, Heloísa; BASTOS, Frederico Silva. **Tax exchange of information and International cooperation in Brazil**. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/f9bd0e_b2dd1eba51754679a6ce93987ca76c37.pdf. Acesso em 06.10.2017.

FALAVIGNO, Chiavelli Facenda. **A interpretação judicial criativa pro reo em direito penal**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2015.

FALAVIGNO, Chiavelli Facenda; CAZABONNET, Brunna Laporte. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: manifestações no direito brasileiro e o advento da Lei n. 12.654/12**. Disponível em: <http://www.ibraspp.com.br/artigos/o-direito-de-nao-produzir-prova-contra-si-mesmo-manifestacoes-no-direito-brasileiro-e-o-advento-da-lei-no-12-65412>. Acesso em 05.05.2015.

FALAVIGNO, Chiavelli Facenda. O ilícito penal e o ilícito administrativo: discussões doutrinárias. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 24, n. 287, p. 12-14., out. 2016

FARIA, Aléxia Alvim Machado; BRODT, Luís Augusto Sanzo. Criminal compliance em lavagem de dinheiro: uma introdução conceitual e regulamentar. In: BRODT, Luís Augusto Sanzo; SIQUEIRA, Flávia. **Limites do poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

FARIA COSTA, José de. A importância da recorrência no pensamento jurídico: um exemplo : a distinção entre o ilícito penal e o ilícito de mera ordenação social. In: **DIREITO penal econômico e europeu: textos doutrinários** : volume I - problemas gerais. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

_____. Crime e Contra-ordenações. In: **Questões Laborais**. Editora Coimbra. Ano VIII. 2001.

FEIJÓO SÁNCHEZ, Bernardo José. Sobre a "administrativização" do direito penal na "sociedade do risco". Notas sobre a política criminal no início do século XXI. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 7, p. 23-61., mai./ago. 2011.

FERNANDES, Antonio Scarance. O equilíbrio entre a eficiência e o garantismo e o crime organizado. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 16, n. 70, p. 229-268., jan./fev. 2008.

FERNANDES, Luiz Gustavo. Criminalização versus administrativização: digressão dos instrumentos propostos pelos sistemas jurídicos mundiais no objetivo de coibir as infrações pós modernas. In: PAULA, Marco Aurélio Borges de; MAGRINI, Rachel de Paula. **Estudos de direito público**. Campo Grande: Cepejus, 2009.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do estado nacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Direito e Razão: Teoria do garantismo penal**. São Paulo: RT, 2002.

_____. Criminalità e globalizzazione. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 11, 42 Esp, p. 79-89, jan./mar. 2003

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Segurança jurídica e democracia no Brasil. In: PASCHOAL, Janaína Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro**

homenagem a Miguel Reale Júnior. Rio de Janeiro: G/Z, 2014. 775 p., 24 cm. ISBN 978-85-62027-48-2. p. 729-739

FERREIRA, Carolina Costa. **A política criminal no processo legislativo.** Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

_____. O estudo de impacto legislativo como possível estratégia de contenção do encarceramento em massa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 25, n. 129, p. 137-180., mar. 2017.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de; COSTA ANDRADE, Manuel da. **Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena.** 2ª reimpressão. Coimbra: Coimbra editora, 1997.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. O movimento da descriminalização e o ilícito de mera ordenação social. In: **Jornadas de Direito Criminal - O Novo Código Penal Português e Legislação complementar**, Fase I, Centro de Estudos Judiciários, págs. 317 e segs.

_____. **Direito Penal: Parte geral.** Tomo I. 2 ed. Coimbra Editora: Coimbra, 2007.

_____. Para uma dogmática do direito penal secundário: um contributo para a reforma do direito penal económico e social português. In: **DIREITO penal económico e europeu: textos doutrinários: volume I - problemas gerais.** Coimbra: Coimbra Editora, 1998. p. 35-74.

_____. **Questões fundamentais do direito penal revisitadas.** São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1999.

_____. Sobre a autonomia dogmática do direito penal económico: uma reflexão à luz do novo direito penal económico português. In: **Estudios penales y criminológicos**, ISSN 1137-7550, Nº. 9, 1984-1985 , págs. 37-70.

FRAGOSO, Christiano. **Norma penal em branco – alguns aspectos processuais.** In: Boletim do IBCCRIM n. 145, Dezembro de 2004. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/2794-Norma-penal-em-branco-alguns-aspectos-processuais. Acesso em 31.03.2015.

FRAGOSO, Heleno. **Direito penal e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

FREITAS, Juarez. **A interpretação sistemática do direito**. 4a ed. São Paulo: Malheiros editores, 2004.

FRISCH, Wolfgang. **Pena, delito y sistema del delito en Transformación**. Disponível em: <http://www.indret.com/pdf/1065.pdf>. Acesso em 29.01.2018.

FRISCH, Wolfgang et al. **El Error en el Derecho Penal**. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

GAGLIARDI, Pedro Luiz Ricardo. A instância administrativa e os crimes tributários. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 533-553.

GARCÍA ARÁN, Mercedes. Remisiones normativas, leyes penales en blanco y estructura de la norma penal. **Estudios penales y criminológicos**, Santiago de Compostela, n. 16, p. 63-103., 1993.

GARCIA, Basileu. **Instituições de Direito penal**. São Paulo: Max Limonad: 1977.

GARCÍA, Pascual José. **La huida del Derecho Administrativo, del Presupuesto y de los controles financieros por los nuevos entes del sector público**. Disponível em: http://www.ief.es/documentos/recursos/publicaciones/revistas/presu_gasto_publico/60_07.pdf. Acesso em 08.10.2016.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A fundação da norma: para além da racionalidade histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. A sedução da liberdade frente à obsessão por segurança. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Ano 17, n. 76, jan-fev. 2009.

GOMES, Geraldo. Tóxicos: perplexidades geradas pelo critério da norma penal em branco. **Julgados do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo**, São Paulo, v. 14, n. 59, p. 9-26., jan./fev. 1980.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. **Direito penal e interpretação jurisprudencial: do princípio da legalidade às súmulas vinculantes**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. **O que se entende por lei penal em branco ao avesso?** Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2012/02/02/o-que-se-entende-por-lei-penal-em-branco-ao-avesso/>. Acesso em 03.05.2015.

GOMES, Luís Roberto. Crimes de pesca no direito brasileiro: aspectos fundamentais da proteção penal de peixes, crustáceos e moluscos. In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, Rene Ariel (org.). **Direito penal econômico e da empresa: doutrinas essenciais**. V. III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 359—408

GÓMEZ PAVÓN, Pilar. Cuestiones actuales del derecho penal económico: el principio de legalidad y las remisiones normativas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 12, n. 48, p. 108-163., mai./jun. 2004.

GÓMEZ TOMILLO, Manuel. **Derecho administrativo sancionador (parte general). Teoría general y práctica del derecho penal administrativo**. Navarra: Thomson Aranzadi, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Tipicidade, bem jurídico e lavagem de dinheiro. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 147-169.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. A corrupção e o Direito Administrativo sancionador. In: PASCHOAL, Janaína Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: G/Z, 2014. 775 p., 24 cm. ISBN 978-85-62027-48-2. p. 741-752

_____. O compliance das pequenas e médias empresas: a realidade brasileira. In: SAAD-DINIZ, Eduardo; ADACHI, Pedro Podboi; DOMINGUES, Juliana Oliveira. **Tendências em governança corporativa e compliance**. São Paulo: LiberArs, 2016.

_____. **Tóxicos: prevenção, repressão**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO, Luis. LEITE, Alaor. O que é e o que não é a teoria do domínio do fato. Sobre a distinção entre autor e partícipe no direito penal. In: GRECO, Luis [et alii]. **Autoria como domínio do fato: estudos introdutórios sobre o conceito de pessoas no direito penal brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Marcial Pontes, 2014.

GRECO, Luís. **Modernização do direito penal, bens jurídicos coletivos e crimes de perigo abstrato**. - Rio de Janeiro : Ed. Lumen Juris, 2011

_____. A relação entre o direito penal e o direito administrativo no direito penal ambiental: uma introdução aos problemas da acessoriedade administrativa. In: **Revista brasileira de ciências criminais**. Ano 14, 2006, n. 58. p. 152-194.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial. Volume III**. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

GUARAGNI, Fábio André; BACH, Marion. **Norma Penal em Branco e Outras Técnicas de Reenvio em Direito Penal**. São Paulo: Almedina, 2014.

GUILHERME, Vera Maria: **Quem tem medo do lobo mau? : a descriminalização do tráfico de drogas no Brasil - por uma perspectiva abolicionista**. Rio de Janeiro : Ed. Lumen Juris, 2013.

GUILLAUME, Marc. A competição das velocidades. In: In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya (e outros). **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HASSEMER, Winfried. Características e Crises do Moderno Direito Penal. In: **Revista de Estudos Criminais**. Ano 2, 2003, n. 8. p. 54-66.

_____. **Crítica del derecho penal de hoy**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1997. 118 p., 19 cm. (Estudios, 10).

_____. Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos. **Pena y Estado: revista hispanolatinoamericana**, Buenos Aires, n. 1, p. 23-36, set./dez. 1991.

_____. Desenvolvimentos previsíveis na dogmática do direito penal e na política criminal. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 8, n. 28, p. 9-20, jan./mar. 2008.

HASSEMER, Winfried. El derecho penal en los tempos de las modernas formas de criminalidad. In: ZAFFARONI, Eugenio Raul [et. al.]. **Criminalidad, evolución del Derecho penal y crítica al Derecho penal en la actualidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2009.

_____. El destino de los derechos del ciudadano en un derecho penal eficaz. **Doctrina Penal: Teoría y práctica en las ciencias penales**, Buenos Aires, v. 13, 49/52, p. 193-204, 1990

_____. **Fundamentos del derecho penal**. Barcelona: Bosch, 1984.

_____. **Symbolisches Strafrecht und Rechtsgüterschutz**. Disponível em: <https://beckonline.beck.de/Print/CurrentMagazine?vpath=bibdata%5Czeits%5CNSTZ%5C1989%5Ccont%5CNSTZ.1989.553.1.htm&printdialogmode=%E2%80%A6>. Acesso em 29.11.2016.

_____. **Três temas de direito penal**. Porto Alegre: AMP/ Escola Superior do Ministério Público, 1994.

HASSEMER, Winfried; MUÑOZ CONDE, Francisco. **Introducción a la criminología y al derecho penal**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1989.

HEINE, Günter. **Accesoriedad administrativa en el derecho penal en el derecho penal del medio ambiente**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/46426.pdf>. Acesso em 10.01.2018.

_____. **Elaboration of norms and the protection of the environment**. In: Duke Environmental Law & Policy Forum, Annual, 1992, Vol.2, p.106-121.

HOMMERDING, Adalberto Narciso; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Racionalidade das leis penais e legislação penal simbólica**. Rio de Janeiro: GZ, 2014.

HORTA, Frederico Gomes de Almeida. Conteúdo intelectual do dolo nos crimes ambientais: o problema do erro sobre a norma de complementação das leis penais em branco. In: BRODT, Luis Augusto Sanzo (org.). **Criminalidade econômica em debate**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2018.

HORTA, Frederico. **Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco**. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

HORTA, Frederico Gomes de Almeida. Sobre o conceito e as classes das leis penais em branco e dos elementos em branco das leis penais. In: BRODT, Luís Augusto Sanzo; SIQUEIRA, Flávia. **Limites do poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 15-47.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal, volume I, tomo I**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

JAKOBS, Günther: **Derecho penal del enemigo**. Cizur Menor (Navarra): Thomson Civitas, 2006.

_____. O que protege o Direito Penal: os bens jurídicos ou a vigência das normas? In: CALLEGARI, André; GIACOMOLLI, Nereu (org.). **Direito Penal e funcionalismo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

JIMENEZ DE ASÚA, Luis: **La ley y el delito**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1990.

_____. **Principios de derecho penal: la ley y el delito**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

JESCHECK, Hans-Heinrich. **Tratado de derecho penal : parte general**. 4 ed rev e ampl. Granada: Comares, 1993.

JESUS, Damásio de. **Direito penal: parte geral**. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Lei antitóxicos, norma penal em branco e a questão do lança-perfume (cloreto de etila)**. In: Boletim do IBCCRIM n. 102, Maio de 2001. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/545-Lei-antitxicos-norma-penal-em-branco-e-a-questo-do-lana-perfume-cloreto-de-etila. Acesso em 31.03.2015.

JOACHIMSKI, Jupp, and. **Betäubungsmittelgesetz: BtMG ; Gesetz über Den Verkehr Mit Betäubungsmitteln in Der Fassung Vom 1.4.2000 Mit Ergänzenden Bestimmungen**. 7. Aufl. Stuttgart [u.a.]: Boorberg, 2002.

KADRI, Omar Francisco do Seixo. A força normativa do princípio do Estado de Direito Democrático frente ao acúmulo da função legislativa pelo poder executivo. In: PAULA, Marco Aurélio Borges de; MAGRINI, Rachel de Paula. **Estudos de direito público**. Campo Grande: Cepejus, 2009.

KAUFMANN, Armin. **Teoria da norma jurídica**. - Rio de Janeiro : Ed. Rio [u.a.], 1976.

KINDHÄUSER, Urs. Aumento de risco e diminuição de risco. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, v. 20, n. 1, p. 11-39, jan./mar. 2010.

_____. Pena, bem jurídico-penal e proteção de bens jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 20, n. 95, p. 85-95, mar./abr. 2012.

KÖRNER, Harald Hans; PATZAK, Jörn; VOLKMER, Mathias. **Betäubungsmittelgesetz, Arzneimittelgesetz, Grundstoffüberwachungsgesetz**. 8., neu bearbeitete Auflage. München: Beck, 2016.

KRELL, Andreas. **Discrecionalidade administrativa e proteção ambiental: o controle dos conceitos jurídicos indeterminados e a competência dos órgãos ambientais: um estudo comparativo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

LEITE, Alaor. **Dúvida e erro sobre a proibição no direito penal: a atuação nos limites entre o permitido e o proibido**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEITE, Alaor. **Vorsatz und Irrtum bezüglich der Pflichtwidrigkeit bei der Untreue (§266 StGB)**. GA – Goltdammer's Archiv für Strafrecht, o. 517 e ss., 2015.

LESCH, Heiko Hartmut. El error de prohibición: fundamentos dogmáticos para su tratamiento; comprensión del injusto; formas bajo las cuales se presenta el error de prohibición y evitabilidad del mismo. **Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal**, Buenos Aires, v. 3, 4/5, p. 235-274., 1997.

LESITSCHNIG, Otmar. **Von Der "Risikosoziologie" Zum "Umweltstrafrecht": Soziologische Risikotheorien Im Sinne Luhmanns Und Becks Und Deren Funktionalisierung Im "Umweltstrafrecht"**. Saarbrücken: VDM Verl. Dr. Müller, 2010.

LEAL, Rogério Gesta. As Responsabilidades políticas do ativismo judicial: aspectos teórico-práticos da experiência norte- americana e brasileira. In: LEAL, Rogério Gesta; LEAL, Mônica Clarissa Hennig (org.). **Ativismo judicial e déficits democráticos: Algumas experiências latino-americanas e européias**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

LOPES, Anderson Bezerra. **Art. 22, parágrafo único, parte final, da Lei nº 7.492/86: norma penal em branco, circulares bacen e sucessão de normas no tempo: possibilidade de retroatividade do complemento?** In: Boletim do IBCCRIM n. 195, Fevereiro de 2009. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/3818-Art-22-pargrafo-nico-parte-final-da-Lei-n-749286-norma-penal-em-branco-circulares-bacen-e-sucesso-de-normas-no-tempo-possibilidade-de-retroatividade-do-complemento. Acesso em 31.03.2015.

LOPES, Luciano Santos; FRANCO, Ticiane Moraes. **Administrativização do direito penal econômico**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=de4994a3a1ec0331>. Acesso em 20.04.2015.

LÜDERSEN, Klaus. Die Parteispendenproblematik – Vorsatz und Irrtum. In: **Wistra**, 14. Jahrgang. Heidelberg: C. F. Müller Verlag, 1983.

_____. **Primäre oder sekundäre Zuständigkeit des Strafrechts?** Festschrift Albin Eser, München (2005) S. 163 ff.

_____. Submissionabsprachen sind nicht eo ipso Betrug. In: **Wistra**, 6. Jahrgang. Heidelberg: C. F. Müller Verlag, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Sociología del riesgo**. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

LUISI, Luiz. **Os princípios constitucionais penais**. 2 ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

LUMBRALES, Nuno Botelho Moniz. **Sobre o conceito de contra-ordenação**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.

LUZ, Denise. **O direito administrativo sancionador judicializado**. Curitiba: Juruá, 2014.

LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel. **Curso de Derecho Penal**. Madrid: editora Universitas, 1996.

LYRA, José Francisco Dias da Costa. A moderna sociedade do risco e o uso político do controle penal ou a alopoiesis do direito penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 20, n. 95, p. 239-272, mar./abr. 2012

MAGALHÃES NORONHA, Edgard. **Direito Penal**. São Paulo: saraiva, 1977.

MAÑALICH, Juan Pablo. El principio ne bis in idem frente a la superposición del derecho penal y el derecho administrativo sancionatorio. **Polít. crim.** Vol. 9, Nº 18 (Diciembre 2014), Art. 8, pp. 543-563. [http://www.politicacriminal.cl/Vol_09/n_18/Vol9N18A8.pdf]

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do consumidor**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. Nova regulação dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 228, p. 13-30, abr. 2002. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46521/57635>>. Acesso em: 12 Dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v228.2002.46521>.

MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, Carlos. **Derecho penal económico y de la empresa. Parte general**. 5a ed., Valencia: Tirant lo Blanch, 2016.

MARTÍNEZ PÉREZ, Carlos. La inflación del derecho penal y del derecho administrativo. **Estudios penales y criminológicos**, Santiago de Compostela, n. 6, p. 197-214., 1983.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O princípio da separação dos poderes: a autonomia dos legislativos municipais; limites da competência do Ministério Público;- preservação ambiental;- exercício do poder de polícia e concessões [Parecer]. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, n. 22, p. 309-331., ago./nov. 1998.

MATA BARRANCO, Norberto Javier de la. Derecho comunitario y Derecho estatal en la tutela penal del ambiente. In: **Revista electrónica de ciencia penal y criminología**, ISSN-e 1695-0194, Nº. 2, 2000.

MATA BARRANCO, Norberto J. de: **Protección penal del ambiente y accesoriedad administrativa: tratamiento penal de comportamientos perjudiciales para el ambiente amparados en una autorización administrativa ilícita** . 1. ed. Barcelona: Cedecs Ed., 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MENDES, Francisco Schertel; CARVALHO, Vinicius Marques de. **Compliance: concorrência e combate à corrupção**. São Paulo: Trevisan Editora, 2017.

MESTRE DELGADO, Esteban. Límites constitucionales de las remisiones normativas en materia penal. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**, Madrid, v. 41, n. 2, p. 503-527., mai./ago. 1988.

MEZGER, Edmund. **Tratado de derecho penal**. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1955. t. I.

MIARELLI, Mayra Marinho; LIMA, Rogério Montai de. **Ativismo judicial e a efetivação de direitos no Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.

MIR PUIG, Santiago. **Hacia un proceso penal menos garantista que el proceso administrativo sancionador?** Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/909472.pdf>. Acesso em 10.04.2018.

MOCCIA, Sergio. **Das nicht gehaltene Versprechen: Bedeutung und Perspektiven des Grundsatzes der Bestimmtheit/Berechenbarkeit im italienischen Strafrecht**. Berlin:Lit Verlag, 2007.

MOLINÉ, José Cid. Garantías y sanciones (Argumentos contra la tesis de la identidad de garantías entre las sanciones punitivas). **Revista de administración pública**, ISSN 0034-7639, N° 140, 1996, págs. 131-174.

MONGIN, Olivier. O desencantamento democrático. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya (e outros). **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MONTEIRO JÚNIOR, Francisco de Assis Rêgo. **(A Inexistência de) Controle de Constitucionalidade das Leis Penais em Branco: Causas e consequências.** Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/720/676>. Acesso em 06.05.2018.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo.** Tradução: Pedro Vieira Mota. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MONTIEL, Juan Pablo. Estructuras analíticas del principio de legalidade. In: **InDret**. Num 1. 2007.

_____ (ed.). **La crisis del principio de legalidad en el nuevo Derecho Penal: ¿decadencia o evolución?** Madrid: Marcial Pons, 2012.

MORAES, Ana Luísa Zago de. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil.** São Paulo: IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2016.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma e reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Complexidade e liberdade. In: **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MOURULLO, Gonzalo Rodriguez. Limitaciones del derecho penal del medio ambiente. In: MESQUITA, José Antônio. **A tutela jurídica do meio ambiente : presente e futuro: [actas das 1ª Jornadas Jurídicas Luso-Espanholas].** Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

MOUTINHO, José Lobo. **Direito das Contra-ordenações: ensinar e investigar.** Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

MUÑOZ CONDE, Francisco; GARCIA ARÁN, Mercedes. **Derecho Penal - Parte General.** 3ª ed. Valencia: Tirant lo Blanch: 1996.

NAIM, Moisés. **O fim do poder: nas salas de diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?** São Paulo: LeYa, 2013.

NAUCKE, Wolfgang. La progresiva pérdida de contenido del principio de legalidad penal como consecuencia de un positivismo relativista y politizado. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 14, n. 61, p. 122-146., jul./ago. 2006. Disponível em: <http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=1420>. Acesso em: 4 dez. 2017.

NAVES, José Paulo Micheletto. **Assessoriedade Administrativa e Erro no Direito Penal**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

NIETO, Alejandro. **Derecho administrativo sancionador**. 4. ed. Madrid: Tecnos, 2005.

NUCCI, Guilherme Souza. **Código Penal comentado**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NUNES JUNIOR, Flávio Martins Alves; DEZEM, Guilherme Madeira; DINIZ JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano; VANZOLINI, Patricia; FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Leis penais especiais**. 2 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014.

O'FARRELL, Jorge E. Reflexiones sobre las leyes penales "en blanco" y la responsabilidad penal objetiva. **Revista jurídica argentina La Ley: derecho penal: doctrinas esenciales** 1936-2010, Buenos Aires, p. 1085-1100., 2011.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de; MACHADO, Ana Mara França. Alternativas não penais de política criminal anticorrupção: prevenção técnica e experiências internacionais. In: **ESTUDOS em homenagem a Vicente Greco Filho**. Organização de Renato de Mello Jorge SILVEIRA, João Daniel RASSI. São Paulo: LiberArs, 2014.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. **Hassemer e o direito penal brasileiro: direito de intervenção, sanção penal e administrativa**. 1 ed. São Paulo: IBCCRIM, 2013.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. **A fábrica de penas: racionalidade legislativa e a lei dos crimes hediondos**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. A política legislativa e a racionalidade das leis penais no Brasil. In: PASCHOAL, Janaína Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: G/Z, 2014.

PALAZZO, Francesco. O princípio de determinação taxativa da lei penal. In: **DIREITO penal como crítica da pena: estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70º aniversário em 2 de setembro de 2012**. Organização de Luís GRECO, António Carvalho MARTINS. Madrid: Marcial Pons, 2012.

PALERMO, Pablo Galain. Existe un nuevo modelo de regulación jurídica del cannabis? Cuestiones abiertas en el sistema jurídico de Uruguay. In: **Anatomia do crime**, n. 2, Julho-Dezembro/2015, Almedina.

PARGENDLER, Mariana. **The Rise and Decline of Legal Families**. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1975273. p. 4

PELUSO, Vinícius de Toledo Piza. **Norma penal em branco: retroatividade benéfica**. In: Boletim do IBCCRIM n. 100, Março de 2001. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/572-Norma-penal-em-branco-retroatividade-benfica. Acesso em 31.03.2015.

PIMENTEL, Manoel Pedro. **Direito Penal Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1973.

PINTO, Inês Horta. Direito penal do ambiente: a complexa construção dos tipos, a acessoriedade administrativa e o défice de aplicação. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 1085-1123.

PLATT, Stephen. **Capitalismo Criminoso: como as instituições financeiras facilitam o crime**. São Paulo: Cultrix, 2017.

POZO, José Hurtado. Reforma penal, técnica legislativa y dogmática penal. In: DALBORA, José Luis Guzmán (coord.). **El penalista liberal**. Buenos aires: Hammurabi, 2004.

POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila. **Reflexos da crise do conhecimento moderno na jurisdição: fundamentos da motivação compartilhada no processo penal**. Tese (Doutorado em Direito) - PUCRS, Fac. de Direito. Porto Alegre, 2005.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro, volume 1: parte geral**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2002.

_____. **Direito Penal econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PRIGOGINE, Ilya. O reencantamento do mundo. In: **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

PRITTWITZ, Cornelius. El Derecho penal en la encrucijada: abolición, diversificación, volver a la razón o entrar en razón? In: **Cuestiones actuales del sistema penal: crisis y desafíos**. Lima: ARA Editores, 2008.

_____. Sociedad del riesgo y Derecho penal. In: DALBORA, José Luis Guzmán (coord.). **El penalista liberal**. Buenos aires: Hammurabi, 2004.

_____. O direito penal entre Direito Penal do Risco e Direito Penal do Inimigo: tendências atuais em direito penal e política criminal. In: **Revista brasileira de Ciências Criminais**. V. 47. Março-Abril de 2004.

_____. **Strafrecht Und Risiko: Untersuchungen Zur Krise Von Strafrecht Und Kriminalpolitik in Der Risikogesellschaft**. Frankfurt am Main: Klostermann, 1993.

PRUNOTTO LABORDE, Adolfo. Principio de legalidad. Alcances y precisiones. **Revista de Derecho Penal**, Buenos Aires, n. 1, p. 359-392., 2001.

QUEIROZ, Paulo. **Leis penais em branco e o princípio da reserva legal**. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br>. Acesso em 31.03.2015.

_____. **Notas sobre a lei de drogas**. Disponível em: <http://www.pauloqueiroz.net/notas-sobre-a-lei-de-drogas/>. Acesso em 27.01.2017.

_____. **Tipos penais em branco e princípio da reserva legal**. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/tag/principio-da-reserva-legal/>. Acesso em 05.05.2015.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUINZACARA, Eduardo Cordero. El Derecho administrativo sancionador y su relación con el Derecho penal. In: **Revista de Derecho**. Vol. XXV, n. 2. Diciembre, 2012. pp. 131-157.

RAMIRES, Maurício. **Crítica à aplicação de precedentes no direito brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

RAMÍREZ, Juan Bustos (Director). **Pena y Estado: función simbólica de la pena**. Santiago: Editorial Jurídica ConoSur Ltda., 1995.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REALE JÚNIOR, Miguel. Ilícito administrativo e o jus puniendi geral. In: PRADO, Luiz Regis. **Direito penal contemporâneo: estudos em homenagem ao professor José Cerezo Mir**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____ (coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. **Instituições de direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

REALE JÚNIOR, Miguel e outros. **Penas e medidas de segurança no novo código**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

REALE JUNIOR, Miguel. **Teoria do delito**. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

RESTANI, Diogo Alexandre. **Lei Antidrogas: norma penal em branco –utilidade**. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br>. Acesso em 31.03.2015.

RODRIGUES, Anabela Miranda. Direito penal econômico - É legítimo? É necessário?. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, v. 26, 1/4, p. 33-59., jan./dez. 2016.

RODRIGUES, Anabela Maria Pinto Miranda. Globalização, democracia e crime. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 275-310.

ROMAN, Joël. Autonomia e vulnerabilidade do indivíduo moderno. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya (e outros). **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

ROMEO CASABONA, Carlos María. El error evitable de prohibición en el proyecto de 1980. Anuario de derecho penal y ciencias penales, Madrid, v. 34, 2/3, p. 739-767, mai./dez. 1981.

ROXIN, Claus. **Derecho penal: parte general: tomo I: Fundamentos: La estructura de la teoria del delito**. Madrid: Civitas, 1997.

_____. El concepto de bien jurídico como instrumento de crítica legislativa sometido a examen. In: **Revista electrónica de ciencia penal y criminología**, ISSN-e 1695-0194, Nº. 15, 2013.

_____. El nuevo desarrollo de la dogmática jurídico-penal en Alemania. In: **Revista para el Análisis del Derecho**, ISSN-e 1698-739X, Nº. 4, 2012 , 25 págs.

SALOMÃO, Heloísa Estellita. Tipicidade no direito penal econômico. In: PRADO, Luis Regis; DOTTI, René Ariel (org.). **Direito penal econômico e da empresa: Direito penal econômico**. Volume II. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 153-171.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. Tipicidade penal e princípio da legalidade: o dilema dos elementos normativos e a taxatividade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 219-235., jul./ago. 2010.

_____. Criminalidade moderna versus criminalidade de massa, I. In: SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Norma penal e hermenêutica jurídica. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; RASSI, João Daniel. **Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho**. São Paulo: LiberArs, 2014.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Tipicidade penal e sociedade de risco**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SANT'ANA, Diogo de. Conjuntura da regulação no Brasil: conflitos e convergências. In: **DIREITO econômico: direito econômico regulatório**. Coordenação de Mario Gomes SCHAPIRO. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTANA VEGA, Dulce María. **El concepto de ley penal en blanco**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2000.

SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues. Acerca da possibilidade de utilização do critério de eficiência no direito penal. **Revista Síntese de direito penal e processual penal**, Porto Alegre, v. 15, n. 87, p. 22-45., ago./set. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 5 ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do advogado editora, 2005.

SCALCON, Raquel Lima. **Avaliação de impacto legislativo - A prática europeia e suas lições para o Brasil**. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril_v54_n214_p113.pdf. Acesso em 16.09.2017.

_____. **Controle constitucional de leis penais: da prognose legislativa sobre os efeitos potenciais e concretos da lei penal aos deveres de seu monitoramento e de melhoria da lei penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SCHAPIRO, Mario Gomes (Coord.). **DIREITO econômico: direito econômico regulatório**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHEERER, Sebastian. Prohibición de las drogas en sociedades abiertas. In: CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. **10 anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. 710 p., 23 cm. ISBN 978-85-8425-368-5. p. 379-392

_____. A punição deve existir! deve existir o direito penal?. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 23, n. 117, p.363-372, nov./dez. 2015

SCHEERER, Sebastian. Além do direito penal do inimigo, ou o que vem após o estado de direito?. In: ZILIO, Jacson Luiz; BOZZA, Fábio da Silva (Org.). **Estudos críticos sobre o sistema penal**. Curitiba: LedZe, 2012.

_____. **Die Genese Der Betäubungsmittelgesetze in Der Bundesrepublik Deutschland Und in Den Niederlanden**. Göttingen: Schwartz, 1982.

_____. [Hrsg.]: **Drogen und Drogenpolitik : ein Handbuch**. Frankfurt a.M. [u.a.] : Campus Verl., 1989.

_____. El círculo de reforzamiento político-periodístico. Sobre la influencia de los medios de comunicación en el proceso de gestación de la normativa penal. In: **Revista de Derecho Penal y Criminología**, 2012, Issue 8, pp.403-410.

_____. ¿La pena criminal como herencia cultural de la humanidad?. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 13, n. 57, p.106-119, nov./dez. 2005

SCHEERER, Sebastian; VALOIS, Luis Carlos. Direito comparado: proibicionismo e alternativas. In: SEIBEL, Sérgio (org.). **Dependência de drogas**. 3 ed. São Paulo: Editora Atheneu. No prelo.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **O Princípio da legalidade penal no estado democrático de direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCHÜNEMANN, Bernd. Consideraciones críticas sobre la situación espiritual de la ciencia jurídico-penal alemana. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**, Madrid, v. 49, n. 1, p.187-217, jan./abr. 1996.

_____. Las reglas de la técnica en derecho penal. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**, Madrid, v. 47, n. 3, p. 307-341., set./dez. 1994.

SEGARRA, Gabriela Carolina Gomes. **Algumas peculiaridades da Lei 8.137/1990**. Disponível em: [http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/188-Artigos.Acesso em 25.06.2015](http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/188-Artigos.Acesso%20em%2025.06.2015).

SHECAIRA, Sérgio Salomão Uma nova política de drogas é possível. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão; ARANA, Xabier; CARDOSO, Franciele Silva; MIRANDA, Bartira Macedo de. **Drogas, desafios contemporâneos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. pp. 379-402.

SILVA, Gustavo Henrique de Souza. Legalidade e direito penal econômico. Cinco Conclusões estruturantes. In: In: BRODT, Luis Augusto Sanzo (org.). **Criminalidade econômica em debate**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2018

_____. **O princípio da legalidade e o direito penal econômico: análise sob a perspectiva do Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

SILVA, Pablo Rodrigo Alflen da. **Leis penais em branco e o direito penal do risco: aspectos críticos e fundamentais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção**. Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais 1 (2003): 607-630.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **Aproximación al derecho penal contemporáneo**. Barcelona: Jose Maria Bosch, 1992.

_____. Política criminal y técnica legislativa en materia de delitos contra el medio ambiente. **Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal**, Buenos Aires, v. 3, 4/5, p. 121-151., 1997.

_____. **Eficiência e direito penal**. Barueri: Manole, 2004.

_____. El populismo punitivo. In: **Escritura pública**, ISSN 1695-6508, Nº. 55, 2009 , pág. 15.

_____. Legislación penal socio-económica y retroactividad de disposiciones favorables: el caso de las "leyes en blanco". **Estudios penales y criminológicos**, Santiago de Compostela, n. 16, p. 423-461., 1993.

_____. **¿Legalidad penal líquida?** Disponível em <http://www.indret.com/pdf/editorial.1.pdf>. Acesso em 09.09.2017.

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. O diálogo entre ciência e política no processo de formação das leis penais. **Revista de informação legislativa - RIL**, Brasília, v. 47, n. 186, p. 7-28., abr./jun. 2010.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito penal econômico como direito penal de perigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **Direito penal supra-individual: interesses difusos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. As duas faces de janus: a criminalização e a descriminalização do direito ambiental. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva: criminalista do século**. São Paulo: Método, 2001.

_____. A teoria do delito e o enigma do dolo eventual: considerações sobre a aparente nova resposta italiana. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 24, n. 121, p. 223-250., jul. 2016

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. Criminal compliance: os limites da cooperação normativa quanto à lavagem de dinheiro. **Revista peruana de ciencias penales**, Lima, n. 25, p. 591-626., 2013.

SIRVINSKAS, Luís Prado. **Ainda sobre normas penais em branco e bem jurídico tutelado nos crimes ambientais**. In: Boletim do IBCCRIM n. 73, Dezembro de 1998. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/1073-Ainda-sobre-normas-penais-em-branco-e-bem-jurdico-tutelado-nos-crimes-ambientais. Acesso em 31.03.2015.

SOUZA, Luciano Anderson de. **Direito penal econômico: fundamentos, limites e alternativas**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. **Expansão do direito penal e globalização**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SOUZA MENDES, Paulo. **Vale a pena o direito penal do ambiente**. Lisboa: AAFDL, 2000.

STRATENWERTH, Günther. Desenvolpos modernos del derecho penal en Europa Central. **Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal**, Buenos Aires, v. 4, 8A, p. 53-66, 1998.

_____. Tendencias y posibilidades de una reforma del derecho penal a propósito del ejemplo de la reforma alemana del derecho penal. **Doctrina Penal: Teoría y práctica en las ciencias penales**, Buenos Aires, v. 2, 5/8, p. 489-506, 1979.

SUNDFELD, Carlos Ari. **A criação de uma instância administrativa nacional**. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/criacao-de-uma-instancia-administrativa-nacional-10012018?fb_action_ids=10215196751462356&fb_action_types=og.comments&fb_source=other_multiline&action_object_map=%5B1526295140819371%5D&action_type_map=%5B%22og.comments%22%5D&action_ref_map=%5B%5D. Acesso em 09.02.2018.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito administrativo para céticos**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. A Administração Pública na Era do Direito Global. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, ano I, vol. 1, nº. 2, maio, 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: 12.12.2017.

TAFFARELLO, Rogério Fernando. Crimes tributários: consumação, prescrição e a proposta da súmula vinculante n. 3 do Supremo Tribunal Federal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 16, n. 197, p. 11., abr. 2009. Disponível em: <http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=70624>. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____. Impropriedades da súmula vinculante 24 do Supremo Tribunal Federal e insegurança jurídica em matéria de crimes tributários. In: **DIREITO penal econômico: questões atuais**. Coordenação de Alberto Silva FRANCO, Rafael de Souza LIRA. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Disponível em: <http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=102552>. Acesso em: 24 nov. 2017. p. 299-338.

TAVARES, Juarez. **Fundamentos de Teoria do delito**. Florianópolis: Tirant lo blanch, 2018.

TAVAREZ, Juarez. **Teoria do injusto penal**. 2 ed. Belo horizonte: Del Rey editora, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. La ley penal en blanco: concepto y cuestiones conexas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 73-97., jan./mar. 2002.

_____. **Wirtschaftsstrafrecht : Einführung und Allgemeiner Teil mit wichtigen Rechtstexten** - 3., aktualisierte und erg. Aufl.. - Köln : Heymann, 2010.

VILELA, Alexandra. **O direito de mera ordenação social: entre a ideia de “recorrência” e de “erosão” do Direito Penal Cássico**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

VOLKMANN, Uwe. Qualifizierte Blankettnormen. **Zeitschrift für Rechtspolitik** 28. Jahrg., H. 6 (Juni 1995), pp. 220-226

VON LISZT, Franz. **Tratado de Direito Penal alemão**. Tomo I. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C. Editores, 1899.

WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico-penal: uma introdução à doutrina da ação finalista**. Tradução de Luis Regis Prado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZACLIS, Daniel. **As nulidades no processo penal**. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; SLOKAR, Alejandro; ALAGIA, Alejandro. **Derecho penal: parte general**. 2ª Ed. Buenos Aires: Ediar (sociedad anónima editora, comercial industrial y financeira), 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: volume I: parte geral**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

ZUÑIGA MORALES, Sandra Eugenia. Cuando las Normas Penales en Blanco Vulneran el Principio de Legalidad. **Revista de Derecho** No.8, 2004, pp.161-182.

ZUÑIGA RODRÍGUEZ, Laura. Relaciones entre derecho penal y derecho administrativo sancionador: hacia una administrativización del derecho penal o una penalización del derecho administrativo sancionador. In: NIETO MARTÍN, Adán. **Homenaje al Dr. Marino Barbero Santos in memoriam I**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha: Universidad Salamanca, 2001. (Homenajes). p. 1417-1444.